

**TEORIA GEOPOLÍTICA E INTERPRETAÇÕES DO CONTINENTE SUL-AMERICANO:
MARCO GEOPOLÍTICO REGIONAL E A FORMAÇÃO DA UNASUL**
GEOPOLITICAL THEORY AND INTERPRETATIONS OF THE SOUTH AMERICAN CONTINENT:
REGIONAL GEOPOLITICAL FRAMEWORK AND THE FORMATION OF UNASUR
TEORÍA GEOPOLÍTICA Y LAS INTERPRETACIONES DEL CONTINENTE SUDAMERICANO:
MARCO GEOPOLÍTICO REGIONAL Y LA FORMACIÓN DE LA UNASUR

Milton Carlos Bragatti

Universidade Federal da Integração Latino Americana-UNILA

miltonbragatti@yahoo.com

Resumo: As dimensões continentais da América do Sul, suas tensões e arranjos geopolíticos, são objeto de adaptações e recontextualizações de conceitos-chave da “teoria geopolítica clássica”: na obra de vários autores, podemos encontrar claramente a utilização e releitura de formulações elaboradas por Ratzel, Mackinder, Haushofer e Mahan, entre outros. O objetivo deste trabalho é revisar uma breve bibliografia de estudos de Geopolítica sul-americana, especialmente trabalhos que apresentam “re-interpretações” de conceitos clássicos da disciplina com relação aos arranjos e tensões regionais e à conformação do “continente sul-americano” como área distinta do conceito panamericano e latinoamericano, impulsionada especialmente pela política externa brasileira. Tendo em vista a construção da América do Sul como bloco geopolítico a partir da formação da Unasul, analisaremos também seus limites, a partir das complicações e dos (potenciais) conflitos geopolíticos na região.

Palavras-chave: *Geopolítica Sul-americana, Teoria Geopolítica, Unasul*

Abstract: The continental dimensions of South America, its tensions and geopolitical arrangements, are subject to reinterpretations and recontextualizations of key concepts of "classical geopolitical theory": in the work of several authors, we can clearly find the influence of formulations by Ratzel, Mackinder, Haushofer and Mahan, among others. The aim of this paper is to review a brief bibliography of studies of South American Geopolitics, especially those texts which "re-interpret" classical concepts of the discipline with respect to arrangements and regional tensions and the conformation of the "South American continent" as a distinct area, in a different concept from the Pan-American and Latin American formulations, driven especially by Brazilian foreign policy. In view of the construction of South America as geopolitical block with the formation of UNASUR, we also analyze its limits, with problems and (potential) geopolitical conflicts in the region.

Keywords: *South American Geopolitics Theory, Geopolitics, UNASUR*

Resumen: Las dimensiones continentales de América del Sur, sus tensiones y acuerdos geopolíticos, están sujetos a ajustes y recontextualizaciones de conceptos clave de "teoría geopolítica clásica": el trabajo de varios autores, podemos encontrar claramente el uso y re-formulaciones preparado por Ratzel, Mackinder, Haushofer y Mahan. El objetivo de este trabajo es revisar unos estudios básicos de literatura de Sudamericana Geopolítica, especialmente los trabajos que tienen "reinterpretación" de los conceptos clásicos de la disciplina en relación con los acuerdos y las tensiones regionales y la conformación del "continente sudamericano" como un área distinta al concepto americano-Pan American y América, impulsada sobre todo por la política exterior brasileña. En vista de la construcción de América del Sur como bloque geopolítico de la formación de la UNASUR, también vamos a analizar sus límites, de las complicaciones y los (potenciales) conflictos geopolíticos en la región.

Palabras-clave: *Geopolítica Sur-americana, Teoría Geopolítica, Unasur*

Introdução:

Escondida em órgãos governamentais, em *think tanks* ou em círculos acadêmicos como subdisciplina de outras áreas, como as Relações Internacionais, a Geografia, ou a Ciência Política, a “velha” disciplina da Geopolítica nunca foi abandonada por Washington, nem por nenhuma das grandes potências desde a época das grandes guerras mundiais.

Na América Latina, a perspectiva geopolítica regional e movimentos geopolíticos globais têm se refletido e impulsionado políticas externas de vários países – a genealogia desses processos remonta ao período colonial e se reforça em meados do século XX. Declarada ou instintivamente, a perspectiva geopolítica se configura num dos prismas que norteiam a política externa de vários países sul-americanos, em especial a do Brasil, maior país da região. O Brasil se estabelece cada vez mais como ator e impulsionador da conformação da América do Sul como área distinta, o que reconfigura o “tabuleiro” geopolítico da região.

O objetivo deste trabalho é revisar uma breve bibliografia de estudos de Geopolítica sul-americana, especialmente trabalhos que apresentam “re-interpretações” de conceitos clássicos da disciplina, com relação à conformação do “continente sul-americano” como área distinta do conceito panamericano e latinoamericano, impulsionada especialmente pela política externa brasileira. Tendo em vista a construção da América do Sul como bloco geopolítico a partir da formação da Unasul, analisaremos também seus limites, a partir das complicações e dos (potenciais) conflitos geopolíticos na região.

A “imaginação” do continente Sul-americano

As dimensões continentais da América do Sul foram e continuam sendo objeto de adaptações e recontextualizações de conceitos-chave da “teoria geopolítica clássica”: na obra de vários autores, podemos encontrar claramente a utilização e releitura de formulações elaboradas por Ratzel, Mackinder, Haushofer e Mahan, entre outros. Os conceitos e/ou reformulações da noção de “heartland” e “rimland”, a discussão sobre a primazia do poder naval ou terrestre, por exemplo, são temas que permeiam a chamada “geopolítica sul-americana”.

O conceito de América do Sul como continente distinto da área panamericana e também da América Latina não é um conceito novo. Muitas vezes com uma abordagem que têm seus próprios países como referência analítica, vários autores sul-americanos utilizam conceitos e/ou reformulações de conceitos clássicos, como a idéia de “heartland”, de “rimland”, retomam a discussão sobre a primazia do poder naval ou terrestre, por exemplo, e outros temas que permeiam a “geopolítica sul-americana”.

A América do Sul tem se tornado, para além de um conceito geográfico delimitado nos mapas, uma entidade política e econômica que passa a ter normas, espaços e arranjos de *governance* regional e também um papel de *actorhood* internacional. A idéia de uma cooperação e integração sul-americana não é nova, mas vive hoje um momento de construção e materialização, especialmente no âmbito da Unasul. Na interpretação de Puntigliano, “uma diferença importante com relação ao passado é que agora há um *core state*, o Brasil, com uma estratégia clara direcionada para o aprofundamento da integração sul-americana”. No entanto, a empreitada não é apenas brasileira, segundo Puntigliano; há também “uma maior convergência com outros Estados Sul-americanos e rivalidades antigas estão sendo substituídas por uma maior cooperação em áreas como a economia, infra-estrutura, energia, segurança ou de ajuda” (PUNTIGLIANO, 2013, p. 846).

Aplicación de la “geopolítica clásica” en América del Sur

Além da associação histórica com várias correntes de pensamento estratégico-militarista, a disciplina da Geopolítica resistiu a um processo de estigmatização decorrente de seus vínculos com ideólogos do regime nazista nas primeiras décadas do século XX e vem se fortalecendo em círculos acadêmicos e *think tanks*, como um campo de estudo distinto ou em paralelo às Relações Internacionais. Os conceitos e métodos de análise da Geopolítica ampliam e por vezes transcendem aos Estudos de Defesa e Segurança, que enfocam a análise de tensões e conflitos, guerra e paz entre os estados.

Se as teorias clássicas da Geopolítica se originam de uma tradição européia, especialmente germânica e anglo-saxã de pensamento, liderada pelas grandes potências hegemônicas mundiais, os estudos geopolíticos na América Latina tiveram e ainda têm forte influência nas estratégias e políticas externas dos governos da região.

O conceito geopolítico de região sul-americana

A própria noção de região sul-americana é, em grande parte, produto de redefinições e reconfigurações da geopolítica na América Latina e entre a região e o grande *hegemon*, os Estados Unidos: a criação do conceito de "sul-americano" representa historicamente uma ruptura com os conceitos tradicionais do chamado "Western Hemisphere", "interamericanismo" ou "Panamericanismo" – com instituições como a OEA, a Doutrina Monroe e o TIAR – utilizados por Washington para exercer a sua hegemonia; mas a configuração do "sul-americanismo" também representa uma ruptura (ou, pelo menos, distanciamento) com o conceito de "latinoamericanismo", que remonta a ideais que têm sementes desde Bolívar e outros ideólogos da Patria Grande e Nuestra América, por exemplo.

No entendimento do geógrafo brasileiro Rogério Haesbert (2010, p. 7), o conceito de região não deve simplesmente ser entendido como um 'fato' (em sua existência efetiva) nem como um mero 'artifício' (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento). Haesbert propõe que tratemos

“(...) região como um 'arte-fato' (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política. A região vista como arte-fato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, construído ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação “analítica” do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada)” (HAESBERT, 2010, p. 7).

Neste sentido, apoiado por setores comerciais e industriais, o impulso dado pela política externa brasileira a iniciativas como o IIRSA (atualmente, Cosiplan) até a conformação da Unasul demonstram a construção e consolidação da região da América do Sul como espaço diferenciado; a conformação do conceito de “região sul-americana” pode ser interpretada como um longo processo histórico-político que hoje se materializa na Unasul.

O processo de integração contemporâneo da América do Sul pode ser compreendido através da análise da evolução do pensamento geopolítico sul-americano, processo ao qual Puntigliano conceituou de “Geopolítica da Integração” sul-americana. A idéia de integração como instrumento para superar a vulnerabilidade no sistema internacional, através da expansão de horizontes geográficos não chegou da Europa, mas já tinha raízes profundas na região. A geopolítica da integração sul-americana tem longas raízes na história, em atores como o Libertador Simón Bolívar (1783-1830) que “concebeu uma 'consciência geográfica', visando a integração dos novos estados para manter sua autonomia contra potências estrangeiras” (PUNTIGLIANO, 2013, p. 847).

A projeção continental da política externa brasileira, em termos geopolíticos considerando a América do Sul como sua área natural de influência, começa a se expressar particularmente a partir da atuação do "pai da diplomacia brasileira", José Maria da Silva Paranhos (1845-1912), Barão do Rio Branco. Depois de

quase um século, no caso da Unasul, por ser o país que tem fronteiras com 9 dos outros 11 países da região (só não divide a fronteira com Equador e Chile), o Brasil tornou-se o principal motor da noção de uma unidade sul-americana. Durante a Primeira Cúpula Sul-americana convocada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia destacou “o conceito geográfico da América do Sul, que é uma ilha cercada por oceanos” (Correio Braziliense, 24/08/2000). A política externa do governo Cardoso tornou explícito o conceito de que, assim como o continente sul-americano, o Mercosul “é destino” e não uma opção para o Brasil.

A política externa brasileira, a partir de seu enfoque nos vizinhos do Cone Sul, que se materializou na formação do Mercosul, desde o início tinha um objetivo mais amplo: a América do Sul. Uma mudança fundamental na geopolítica da região foi a aproximação entre Brasil e Argentina. A resolução das controvérsias na região, como a construção de Itaipu e os acordos de cooperação nuclear, deram início a uma nova fase de cooperação entre os dois países. Na região da Amazônia, foi de fundamental importância a assinatura pelo Brasil, junto com outras sete nações, do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em julho de 1978.

A América do Sul possui uma área de 17.824.637 km². O Brasil, com uma área de 8.514.047 km², ocupa quase 50% da região; a outra metade (ou 9.310.590 Km²) distribui-se entre onze países, dos quais 9 são hispânicos (Encyclopaedia Britannica, 2003). Territorialmente o Brasil é, de longe, o maior país da América do Sul e sua política externa pode ter impacto correspondente na região.

“Lebensraum” à moda tropical: o Brasil e a ocupação dos vazios

No Brasil, as idéias de Ratzel e Kjellén, além de Badia Malagrida, eram bastante conhecidas e tiveram impacto nas novas elites dominantes do Estado brasileiro durante a primeira presidência de Getúlio Vargas (1930-1945), quando o Brasil definiu a longo prazo caminho para as reformas orientadas para um Estado mais eficiente, a inclusão de novos grupos sociais e metas nacionais para a industrialização. A perspectiva continentalista, que recebeu contribuições de outros geopolíticos, como Golbery do Couto e Silva e Mario Travassos, foi interpretada de forma particular no Brasil: a projeção do Brasil ao continente era destinada a consolidar o *lebensraum* necessário para preservar a autonomia nacional brasileira (PUNTIGLIANO, 2013).

Um dos focos da obra de um dos pais fundadores da disciplina da Geopolítica, Friedrich Ratzel, é a busca pelo “espaço vital” (no conceito de “Lebensraum” elaborado por Ratzel), preocupação especialmente de Estados (Europeus?) que teriam problemas de aumento populacional e escassez de áreas onde se desenvolver. O relato histórico do Brasil desde os tempos coloniais até hoje revela a importância para os líderes de ocupar esses “territórios vazios” no interior do país. Essa ocupação e colonização foi iniciada pelos chamados bandeirantes, que durante anos foram encomendados para ocupar as terras desocupadas, usando o princípio *uti possidetis*, de acordo com o qual a terra pertence a quem a ocupou em primeiro lugar (CETINA, 2011).

A região da Amazônia, no norte brasileiro, é a de menor densidade demográfica no país. O Centro-Oeste do país (que possui também parte da floresta amazônica) é outra região que possui vastas áreas com baixa população e desenvolvimento econômico. No caso da orientação geopolítica do Brasil, uma preocupação maior era (e em certo sentido ainda continua) ocupar e povoar os “espaços vazios”, no Norte e Centro-Oeste (o que justificou a construção da capital Brasília, por exemplo, e a implantação do projeto Calha Norte).

As características do continente sul-americano dificultam a integração regional, na interpretação de autores brasileiros, como o geógrafo José Fiori, que argumenta que

“(…) no caso do Brasil, a topografia do seu território atrasou a sua própria interiorização demográfica e econômica, e enviou os seus processos de urbanização, crescimento e internacionalização, na direção do Atlântico. A Floresta Amazônica, com suas planícies tropicais de baixa fertilidade e alto custo de exploração, dificultou a sua própria ocupação, e bloqueou o caminho do Brasil na direção da Venezuela, Guiana, Suriname, e Mar do Caribe. O Pantanal e o Chaco boliviano, com suas montanhas e florestas tropicais limitaram a presença do Brasil nos territórios entre a Guiana e a Bolívia; e a Cordilheira dos Andes, com seus 8 mil km de extensão e 6.900 metros de altitude, obstruiu o acesso do Brasil ao Chile e ao Peru, e o que é ainda mais importante, ao Oceano Pacífico com todas as suas conexões asiáticas. Esta geografia extremamente difícil explica a existência de enormes espaços vazios dentro do território brasileiro e nas suas zonas fronteiriças, e sua escassa relação econômica com seus vizinhos, durante quase todo o século XX, quando o Brasil não conseguiu – nem mesmo - estabelecer um sistema eficiente de comunicação e integração bioceânica, como aconteceu com os Estados Unidos, já na segunda metade do século XIX, depois da sua conquista da Califórnia e do Oregon, que se transformou num passo decisivo do seu desenvolvimento econômico, e da projeção do poder global dos Estados Unidos.” (FIORI, 2015)

Um dos pioneiros do pensamento geopolítico brasileiro, o general Mario Travassos, em seu trabalho "A projeção continental do Brasil", na década de 1930 diagnosticou dois obstáculos a serem superados pelo Brasil para se tornar líder na região: primeiro, prosseguir uma política de ocupação de todos os espaços vazios no vasto território, devendo preenchê-lo por uma rede de estradas e de comunicações; e, em segundo lugar, superar a condição antagônica do Atlântico e do Pacífico, separados pela cordilheira dos Andes e, em outro sentido, buscar a superação de 'antagonismo verticais' entre a Amazônia e a Bacia do Prata, com a criação de um terceiro espaço para equilibrar o seu poder continental através de sua influência na região boliviana de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. Outro membro desta “escola de pensamento” foi o também general Carlos de Meira Mattos, que afirmou que o destino do Brasil é uma conexão completa entre seu caráter continental de país e suas alianças no continente como prioridade da política externa. Meira Mattos apontava como prioridade integrar a região amazônica ao território nacional, uma vez que para a visão geopolítica do general é precisamente na Amazônia que a continentalização de hinterland sul-americana começaria, enfatizando o uso da tecnologia de transporte e comunicação para promover o progresso e o desenvolvimento econômico da América do Sul (CETINA, 2011).

A geógrafa Bertha Becker também expôs preocupação com a Amazônia, por ser uma posição geoestratégica por diferentes motivos e para diferentes atores, como cientistas, empresas transnacionais, narcotraficantes; e militares nacionais e internacionais. Por causa do tamanho da massa terrestre e das densas

florestas tropicais da região, historicamente a região tem impedido a sua ocupação, levando Becker a propor torná-la um espaço de "auto-defesa" para o Brasil e para a América do Sul (BECKER, 2005).

Bolívia como “heartland” sul-americano

No livro “Projeção Continental do Brasil”, de 1935, o geógrafo Mario Travassos ressalta que o território da Bolívia se localiza entre três grandes acidentes geológicos da América do Sul: a Cordilheira dos Andes, que divide o continente a leste e a oeste, e as bacias dos rios Amazonas e do Prata, que condicionam uma divisão norte-sul. O território boliviano se configura como uma plataforma de projeção para todas as direções e, ao mesmo tempo, está sujeita a sofrer ameaças desde todas as direções: “A Bolívia seria, portanto, o único país da América do Sul a ocupar simultaneamente ou exercer projeção sobre todos esses quatro espaços” (SEVERO, 2012, p.141).

O conceito de “Heartland sul-americano”, segundo Severo, foi proposto por Lewis Tambs, adaptando o postulado de Mackinder para o contexto da América do Sul. Influenciado por postulados de Travassos, Tambs teria adaptado a ideia de Mackinder para a situação da América do Sul. Assim, para o estadunidense, quem controla Santa Cruz comanda Charcas. “Quem controla Charcas comanda o Heartland. Quem controla o Heartland comanda a América do Sul” (TAMBS, 1965).

A preocupação em construir vias de comunicação e conexão com a Bolívia via-se refletida em políticas estatais brasileiras. Foi durante o primeiro governo de Getúlio Vargas que a construção da linha entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra foi iniciada, com o objetivo de ampliar a presença do Brasil na porção oriental do território boliviano. Nas décadas seguintes, em decorrência das descobertas de gás natural, petróleo e minérios, entre outras riquezas, fez com que militares como Costa e Silva (1955) e Pinochet (1978) ampliassem a concepção de “Heartland sul-americano”, passando a incluir o norte argentino, o Paraguai e o centro-oeste brasileiro, regiões que passaram a ser consideradas estratégicas para o processo de integração sul-americana (SEVERO, 2012).

Ratzel, Malagrida, Perón... e Mahan em águas argentinas: Atlântico sul e Malvinas

O primeiro estudo geopolítico da América Latina teria sido escrito pelo diplomata e estudioso espanhol Carlos Badía Malagrida, em 1919, com forte influência de Ratzel, numa geografia que integra desenvolvimento econômico e elementos políticos. Embora utilize a palavra América do Sul no título de seu livro, a referência era a América Hispânica (incluindo as Antilhas). Malagrida considerava um elemento chave a manutenção da integridade territorial brasileira - por exemplo, contra os planos dos EUA para aquisição da área da Amazônia – para uma unidade supra-nacional hispano-americana.

Um dos líderes que teriam lido Badía Malagrida foi o coronel Juan Domingo Perón (1895-1974) que se formou em 1913 a partir da escola militar, onde ele aprendeu geopolítica. Como outros militares sul-americanos, os argentinos tinham sido treinados por instrutores alemães no início do século XX, e absorveu

idéias alemãs sobre os vínculos entre Estado, nação e geografia. Perón foi o primeiro, segundo Puntigliano, a elaborar as bases para uma geopolítica da integração sul-americana e abriu a porta para transformar a América do Sul em um objetivo geopolítico claro, com uma visão da necessidade de construir um estado continental como um imperativo sistêmico para desenvolvimento autônomo. Perón entendeu que a criação de uma sólida integração Sul Americana era o caminho fundamental para levar a uma unidade latinoamericana (PUNTIGLIANO, 2013).

Uma obra fundamental da geopolítica argentina, “Interesses Argentinos no Mar”, publicado pela primeira vez em 1916 pelo almirante Storni Segundo, faz uma análise geopolítica da Argentina na região e no mundo. Influenciado por pioneiros da geopolítica como o norte-americano Alfred Mahan e o alemão Frederic Ratzel, entre outros, Storni adaptou conceitos e metodologias da geopolítica clássica numa visão pioneira. Storni defendia como prioridades para a segurança argentina a necessidade de proteção de seus interesses marítimos; o apoio e compreensão mútua da Argentina com o Brasil e Uruguai, por um lado e, por outro, com o Chile e Peru, como um ponto de partida para garantir a união de ambos os lados da América do Sul.

Além de possuir grande parte de uma das bacias hidrográficas mais importantes do mundo no Rio da Prata, a Argentina possui um litoral de 5.000 km, uma das mais extensas costas marítimas da América do Sul. Mesmo tendo produzido vários estudos de geopolítica que visavam uma abordagem voltada ao interior do continente sul-americano, assim como políticas governamentais com objetivo de projetar o país para essa região (criando vias de transporte e de comunicação no sentido leste-oeste e sul-norte), grande parte da produção geopolítica na Argentina mostra que o país tem, desde os tempos de Storni, uma preocupação (ou vocação?) marítima.

No pensamento da ex-ministra da Defesa argentina, Nilda Celia Garré, o país tem de repensar seus interesses marítimos e o conceito mais amplo de *Maritime Power*, envolvendo todos os aspectos de defesa e desenvolvimento do mar. A ex-ministra ressalta alguns fatores que tornam a região volátil: a crescente importância dos recursos marítimos, a demanda por petróleo, esgotamento de áreas de pesca dos mares do norte, o aumento do tráfego de navios mercantes pelos mares do Sul, o aumento do turismo marítimo na Antártida e a biodegradação do mar como resultado da poluição e as alterações climáticas (GARRÉ, 2009).

A grande preocupação geopolítica argentina é com a defesa de suas águas marítimas e, especialmente, recuperar a soberania sobre as ilhas Malvinas (ou Falkland). A presença militar (e exploração econômica dos recursos da região) pelos britânicos, tão próxima ao país, é um fator especial de tensão: “A permanência do poder extra-continental no arquipélago certamente complica a resolução de uma parte importante da nossa defesa marítima e também afeta a eficiência da proteção dos recursos vitais, que seguem sendo explorados de forma irresponsável” (GARRÉ, 2009, p.13).

A disputa pelos recursos naturais na região Andino-amazônica: Colômbia, Venezuela e Peru

Com o processo de “pacificação” do Cone Sul – e também a partir das mudanças na agenda internacional de segurança, que passou a incluir temas como o narcotráfico, o terrorismo e a defesa da ecologia, por exemplo – nos anos 2000 houve um redirecionamento da política externa brasileira para a proteção e desenvolvimento do norte do país. Uma das preocupações era a defesa dos recursos naturais da Amazônia.

Em meados dos anos 2000, a geógrafa brasileira Bertha Becker ressaltava a disputa das potências internacionais pelos estoques das riquezas naturais localizadas nos países periféricos. “Esta é, pois, a base da disputa. Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil” (BECKER, 2005, p.77).

Um importante elemento para a construção da Unasul e de integração entre o Brasil e os países andinos e amazônicos foi o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília em 1978. Oito países fazem parte dessa iniciativa: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Para Amayo, esses países assinaram o tratado principalmente por razões de defesa e contra tentativas de países centrais de “justificar” a internacionalização da Amazônia. O autor lembra que François Mitterrand, presidente da França, uma potência central, argumentou direta e claramente para justificar a internacionalização da Amazônia, em 1989: “Na Conferência sobre o Meio Ambiente, em Haia, ele propôs a criação de uma Alta Autoridade para Assuntos Ambientais Globais capazes de interferência, o que limitaria a soberania nacional em relação a bens considerados de interesse para a humanidade quanto a Amazônia” (AMAYO, 2004, p.6).

Para os Estados Unidos, potência hegemônica no continente americano, na visão da pesquisadora colombiana María del Pilar Ostos Cetina, países como a Colômbia, localizada entre o mar do Caribe e os territórios que compõem a região dos Andes-Amazônia tornaram-se uma espécie de cerco estratégico (Rimland) a partir do qual se pretende “controlar” as ações do país vizinho, neste caso do Brasil, que poderia ser considerado, a partir da mesma perspectiva, o eixo estratégico (Heartland) da América do Sul. Cetina argumenta que os Estados Unidos se fortalecem na região sul-americana ao fazer da Colômbia sua “Rimland”, já que o país é um ponto intermediário entre um grupo de países convergem na América Central e no mar do Caribe e os localizados no lado sul-americano. “Diante desta realidade, a hegemonia regional geográfica, política e histórica liderada pelos Estados Unidos, tem na Colômbia o status de 'cerco estratégico' (Rimland) ou linha de defesa para realizar diferentes atividades e manobras como parte de sua proximidade iminente para o Brasil, considerado a partir dessa perspectiva de análise no heartland sul-americano atual” (CETINA, 2011, P.54).

Um dos maiores “problemas” para a integração do Brasil na região sul-americana é a conexão do país com a dinâmica da Bacia do Pacífico, que é, cada vez mais, a mais importante no aspecto econômico

global, segundo Amayo. Para que a integração sul-americana se torne realidade, na análise do autor, torna-se necessário para o Brasil estabelecer vínculos fortes com os países com os quais mantém fronteira e que tenham saída para o Pacífico – ou seja, Colômbia e Peru. O Peru seria, então, a escolha mais racional, ao apontar as dificuldades para uma aproximação brasileira com a Colômbia. Além do espectro da internacionalização da Amazônia, segundo Amayo, uma preocupação geopolítica na região é a atuação dos Estados Unidos. Segundo o autor, a política norte-americana trabalha para penetrar e controlar a Amazônia. O Plano Colômbia e as bases militares norte-americanas em diferentes países amazônicos fazem parte dessa perspectiva, que inclui também o interesse estadunidense em projetos como o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, que permite monitorar não só a Amazônia brasileira, mas toda a região norte da América do Sul e o Caribe. A fronteira com a Colômbia, segundo Amayo, é considerada pelo Brasil como fonte latente de conflito pela possibilidade de infiltração de traficantes e guerrilheiros em seu território. A fronteira entre os dois países, 1,644 km, é inteiramente localizada na Amazônia, a maior floresta tropical da Terra; a localização e extensão se tornam muito difíceis de controlar por métodos tradicionais, por terra e água (AMAYO, 2004).

Estados Unidos e geopolítica hegemônica: Colômbia, Brasil e Venezuela

A partir do Comando Sul das Forças Armadas norte-americanas, em Miami, Florida, a presença militar dos EUA se estende da América Central e Caribe para a América do Sul, através das bases militares de Guantánamo, em Cuba; Palmerola / Soto Cano, em Honduras; Palanquero, na Colômbia; Mariscal Estigarribia, no Paraguai; e a base estabelecida pela RAF (Royal Air Force) da Grã-Bretanha em Mount Pleasant, Falkland, com pessoal e equipamento dos Estados Unidos, além do britânico (BORON, 2013).

O Brasil, considerado por muitos especialistas como o pulmão do mundo e a maior fonte de água doce e da biodiversidade do planeta, além de possuir recursos energético-estratégicos, entre os quais as descobertas de petróleo localizado em águas profundas na área conhecida como pré-sal, no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, além de fazer do Brasil uma das principais economias globais, também colocam o país na mira dos Estados Unidos, segundo Cetina. A Colômbia se situa no centro dos planos de controle previstos por Washington, que situa o Brasil como o centro do continente sul-americano. Na opinião da autora, a partir da própria Colômbia, outros interesses norte-americanos podem ser defendidos, como por exemplo na vizinha Venezuela, cuja importância está em seu crescente poder concentrado a partir do petróleo (CETINA, 2011).

A Venezuela adquiriu maior projeção geopolítica com a ascensão de Hugo Chaves e sua política externa “bolivariana”, com objetivo declarado de utilizar de vários meios para conter a influência de Washington na América Latina. São grandes as tensões da Venezuela com o país vizinho, a Colômbia, pela situação de guerrilha civil das FARC (Forças Revolucionárias da Colômbia) e também pela complicada atuação do governo colombiano, com o apoio de Washington, na repressão aos narcotraficantes e a chamada “luta contra as drogas”.

A importância geopolítica da Venezuela é grande na configuração do continente sul-americano, especialmente por seus enormes recursos naturais e energéticos. Com intenções expressamente “anti-imperialistas” com relação aos Estados Unidos (e, durante o governo Chavez, por vezes antagônica também à hegemonia brasileira na região), a audaciosa política exterior da Venezuela, especialmente com a atuação da PetroCaribe e da conformação da ALBA, se projeta na América Central e na sub-região do Caribe, que são a área de influência norte-americana por excelência. Na América do Sul, a atuação da Venezuela se deu inicialmente pela via bilateral, desenvolvendo alianças estratégicas a partir de projetos de energia. Além da atuação da Alba no continente (com Bolívia e Equador como membros) e também sua inclusão como membro pleno do Mercosul, o projeto de construção da Unasul teve forte participação de Hugo Chávez.

Mesmo numa região mais próxima dos grandes centros industriais e demográficos brasileiros e central – heartland? - da América do Sul, o vizinho Paraguai, o Comando Sul das Forças Armadas americanas e o Brasil tiveram atritos depois do 11 de Setembro, segundo livro escrito pelo ex-embaixador em Washington Rubens Barbosa. Conforme noticiou o jornal Folha de S. Paulo, “além de alimentar a imprensa com boatos sobre terrorismo na Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), a fim de valorizar sua atuação, o comando sediado em Miami treinava militares paraguaios propondo cenários em que os brasiguaios provocavam a partição do país vizinho (grifos meus). O então chefe da força, general James Hill, equiparou as drogas a armas de destruição em massa e sugeriu que restrições legais ao uso dos militares contra o tráfico fossem eliminadas na América Latina” (FSP, 26/09/2011).

Potenciais conflitos geopolíticos na América do Sul e o papel da integração estrutural e econômica através da IIRSA-Cosiplan

Além da pressão e dos movimentos geopolíticos de nações extra-regionais na América Latina há, no entanto, também motivos de preocupação e potenciais conflitos entre os próprios países da região. Mesmo sendo considerada uma região de paz entre suas nações, onde não se registraram grandes guerras nos últimos cem anos, existem algumas possibilidades de conflito interestatal na América do Sul que permanecem, principalmente relacionadas a questões e disputas de fronteiras que não foram totalmente resolvidas, segundo Pagliari. Entre os focos de possível tensão, a autora destaca as disputas principais: entre Chile e Bolívia para este reivindicar o seu direito de ir para o mar; entre Colômbia e Nicarágua, como resultado da disputa sobre a soberania do arquipélago de San Andrés; entre Colômbia e Venezuela como a delimitação do Golfo da Venezuela (ou golfo de Maracaibo) plataforma continental; Venezuela e Guiana sobre a bacia do rio Essequibo (PAGLIARI, 2011).

Todas essas disputas não parecem oferecer risco iminente para a região, mas, elas existem e têm potencial de desestabilizar a paz na região. No âmbito político-econômico, especialmente na conformação da Unasul, uma forma de estimular e preservar a segurança regional e a paz entre as nações é a cooperação econômica e de infra-estrutura. Um processo fundamental para a integração da América do Sul são os projetos desenvolvidos no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

- IIRSA (incorporadas atualmente pela Unasul, através do Cosiplan). A IIRSA tem o objetivo de promover a integração física do continente, através de obras e projetos nas áreas de transportes, logística, comunicação e infraestrutura, interligando o continente.

A espinha dorsal dos projetos da IIRSA consiste em redes de energia, transporte e corredores que ligam os centros econômicos do continente. O objetivo é incentivar a integração, com a construção da infraestrutura necessária para estimular o crescimento ao longo destes corredores. Na geografia da América do Sul, a rede resultante dessas ligações irá assemelhar-se a uma teia de aranha, com o Brasil preenchendo seu centro (BURGES, 2008). Além disso, parte dos projetos aprovados pela IIRSA localiza-se estrategicamente em algumas áreas de possíveis conflitos, com a premissa de que o desenvolvimento econômico possa também dissipar tensões geopolíticas entre os países sul-americanos.

A criação do Conselho de Defesa da Unasul - sem a participação dos Estados Unidos - é um fato sem precedentes na história das relações interamericanas, desde o estabelecimento da hegemonia dos EUA no continente. A área de defesa foi uma das que mais avançaram no contexto da Unasul, no entanto, há muitos desafios e problemas para uma efetiva integração regional nessa área. Disputas, tensões e a complexidade de perspectivas permeiam a área da Defesa na Unasul, mas o CDS tem tido êxitos no âmbito da governança regional, o que se reflete na geopolítica do continente.

Concluindo: o tabuleiro geopolítico se reconfigura

A conformação do conceito de continente sul-americano, vista como fato materializado na construção da Unasul, encontra ressonância no pensamento geopolítico sul-americano desde os autores pioneiros da disciplina na região. Os conceitos geopolíticos “clássicos” de autores como Makinder, Ratzel e Mahan, foram utilizados e reinterpretados por pensadores sul-americanos e também nortearam a orientação militar e de política externa de várias nações sul-americanas. E hoje, mesmo sob novas nuances, continuam sendo importantes ferramentas e instrumentos de análise e estudo da geopolítica do continente. A consolidação do conceito de região sul-americana e o processo de construção da Unasul têm criado novas configurações no tabuleiro geopolítico da região, com potencial impacto na geopolítica hemisférica e global.

Bibliografia:

AMAYO, Enrique: Amazonia, Mercosur y las posibilidades de integracion, 2004. In: <http://enriqueamayo.blogspot.com.br/2008/11/amazonia-mercosur-y-las-possibiliades.html>

BECKER, Bertha: *Geopolítica da Amazônia*, In: Estudos Avançados 19 (53), 2005, São Paulo.

BORON, Atilio A: El papel de América Latina y el Caribe en el tablero de la geopolítica mundial. Ponencia SENPLADES, Marzo 2013

BURGES, Sean W: *Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War*. Sage International Relations, 2008, in <http://ire.sagepub.com/cgi/content/abstract/22/1/65>

CETINA, María del Pilar Ostos : Aplicación de modelos geopolíticos en América Latina: los casos de Brasil y Colombia, In: *Revista de Estudios Latinoamericanos*, núm. 53, 2011, p. 147-167, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe México. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64021405008>

COMINI, Nicolás y FRENKEL, Alejandro. Una Unasur de baja intensidad: Modelos en pugna y desaceleración del proceso de integración en América del Sur. *Nueva Sociedad* No 250, marzo-abril de 2014. En: <www.nuso.org>.

FIORI, José Luís: Geografia e estratégia, em *Carta Maior*, edição de 4/01/2015, in: <http://cartamaior.com.br/?%2FColuna%2FGeografia-e-estrategia%2F32513>

Folha de S. Paulo, 26/09/2011: 'Comando Sul provocou atritos entre EUA e Brasil', em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2609201107.htm>

GARRÉ, Nilda Celia: Actualidad del mensaje de Segundo Storni (Presentación). In: STORNI, SEGUNDO R. *Intereses Argentinos en el Mar* – 2a ed., Buenos Aires: Armada Argentina, 2009.

HAESBERT, Rogério: Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. In: *Revista ANTARES*, n° 3 – Jan/jun 2010.

ITAUSSU MELLO, Leonel: Brasil y Argentina em perspectiva: competência, distensión y integración. In: Atilio, A. Boron; Álvaro de Vita. (Org.). (Org.). *Teoría y filosofía política. La recuperación de los clásicos en el debate contemporáneo*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, v. , p. 291-302.

MEIRA MATTOS, Carlos de: *Teorías de fronteras*, Buenos Aires, Círculo Militar, 1997.

_____, Geopolítica e modernidade. *Geopolítica Brasileira*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2002.

_____, *Brasil, geopolítica e destino*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley: O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. *Revista Cofins*, no. 7, 2009, posto online em outubro 2009. URL : <http://confins.revues.org/index6107.html>

MYIAMOTO, Shiguenoli: O Brasil e a Fronteira Norte, *Revista Estudios Avanzados*, no. 12, Universidad de Chile, 2009.

_____ : Il Brasile e l'integrazione continentale. Em: *Geopolitica – Rivista Trimestrale dell'Isag*, vol. 1, no. 4, Italia, 2012.

PAGLIARI, Graciela: *Segurança na America do Sul, Problemas e Atores*. Associação Brasileira de Relações Internacionais ABRI, 2011

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola: *'Geopolitics of Integration' and the Imagination of South America*. Disponível online: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650045.2010.549863?journalCode=fgeo20#preview>

SEVERO, Luciano Wexwell: *A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul*. In: OLIVEIRA, RP., NOGUEIRA, SG., and MELO, FR., orgs. *América Andina: integração regional, segurança e outros olhares* [online], p. 137-161. Campina Grande: EDUEPB, 2012. <<http://books.scielo.org>>.

TAMBS, Lewis (1965) Fatores em America Latina in: GUMUCIO, Mariano Baptista e WEISE, Agustín Saavedra. *Antologia Geopolitica en Bolívia*. Cochabamba: Ed. Los Amigos del Libro, 1978, p. 229-244.

TRAVASSOS, Mario: *Projeção continental do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.